



MINERAÇÃO NO NORTE DE MINAS GERAIS: NOVA FRENTE DE EXPROPRIAÇÃO

Thaís Souza Freitas, Rômulo Soares Barbosa

Introdução

A presente comunicação científica trata de resultados preliminares da pesquisa intitulada Mineração no Norte de Minas Gerais: conflitos pelo acesso e uso da água, financiada pelo CNPq, com prazo de duração de dois anos, tendo sido iniciada em fevereiro de 2014. O objetivo desta pesquisa é analisar os conflitos pela água, decorrentes do processo de implementação de atividades minerárias no Norte de Minas Gerais. Esta região vem sendo considerada como uma nova fronteira mineral, com a reativação da exploração de ouro no município de Riacho dos Machados e com o processo de licenciamento ambiental da extração de minério de ferro na microrregião de Salinas, especialmente nos municípios de Grão Mogol e Padre Carvallho.

Material e métodos

A estratégia metodológica da pesquisa consiste em três etapas, a saber: a) pesquisa bibliográfica, b) pesquisa documental e c) entrevistas em profundidade. Na primeira etapa são levantados, examinados e sistematizados a produção bibliográfica sobre a temática da exploração mineral e os conflitos dela decorrentes. Na segunda etapa, são analisados relatórios e planos, especialmente, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e o Plano de Desenvolvimento da Mineração no Norte de Minas. Além disso, publicações em jornais e revistas que expressam a percepção e a avaliação de diversos agentes sociais envolvidos na temática. Por fim, são realizadas entrevistas em profundidade com agentes sociais a serem definidos.

Resultados, Discussão

No Norte de Minas Gerais estão sendo instalados projetos minerários. Dentre eles destaca-se o Projeto Vale do Rio Pardo, desenvolvido pela empresa de mineração Sul Americana de Metais S.A (SAM), criada em 2006 pela Votorantim Novos Negócios (VNN) em parceria com a Honbridge Holdings Ltd., mineradora chinesa que fechou negócio com a SAM em 2010. Esse projeto prevê a extração de 25 milhões de toneladas de minério de ferro com teor concentrado a 65%. O transporte do minério está projetado para ocorrer através de um mineroduto com 482 km de extensão, entre Grão Mogol, Norte de Minas Gerais e Ilhéus (BA). O transporte do minério por duto demanda água. O Norte de Minas por estar situado na região do semi-árido convive com períodos de estiagem e baixa disponibilidade hídrica. BARBOSA, 2014 [1].

O discurso de desenvolvimento trouxe grande expectativa para a população, mas assim que a SAM iniciou as atividades, os moradores das comunidades tiveram consciência das mudanças que poderiam acontecer. O projeto já está em processo avançado e fica localizado numa área onde atinge inteiramente as comunidades de Lamarão e São Francisco, no Norte de Minas Gerais, situação preocupante para as famílias que vivem nessas comunidades há gerações e agora se encontram sujeitas a completa desterritorialização. FONSECA, 2014 [2]. As práticas dessas comunidades são de resistência e permanência das famílias no local, além de participarem do movimento contra a mineração na região, que é vinculado ao Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB).

[...] diante da forma com que a SAM conduziu as atividades de pesquisa, e o acesso dos moradores às informações sobre os impactos produzidos pela atividade mineradora fez com que surgisse uma nova percepção sobre as mudanças que poderiam ocorrer em seus modos de vida. Assim, as famílias rurais da área de influência do empreendimento passaram a desacreditar nas promessas de desenvolvimento, sendo tomadas por um sentimento de incerteza sobre o futuro. (FONSECA, 2014, p. 89) [2].

A ampliação da mineração vem sendo cada vez mais impulsionada pelo discurso político e econômico, principalmente no Brasil que nos últimos anos tem incentivado os projetos de exploração de recursos naturais não-renováveis, criando condições para que a exploração de minério se tornasse um pólo atrativo para os interesses da sociedade urbano-industrial-capitalista. O crescimento da indústria extrativa mineral segue em curso acelerado. Mas



desde 1960 as atividades de exploração, que tem se expandido na mesma proporção da mineração, tem causado danos sociais e ambientais nas regiões mineradoras. Esses projetos tem sido geradores de conflitos ambientais ACSELRAD, 2004 [3]; ZOURI e LASCHEFSKI, 2010 [4], pois implicam, recorrentemente, em danos sociais e ambientais nas áreas onde é feita a exploração dos recursos minerais.

Conclusões

O que se percebe é que esse processo de expansão minerária gera riscos para a qualidade de vida dos moradores das comunidades das áreas mineradoras. A maneira como são desenvolvidos os projetos minerários no Brasil ao invés de reduzir as desigualdades geram situações de conflito e injustiça ambiental. Os efeitos da mineração têm desestruturado municípios em escala local, causando perda da biodiversidade, expropriação territorial e desestruturação dos modos de vida das comunidades locais.

Agradecimentos

Ao Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
À Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Minas Gerais – FAPEMIG

Referências

- [1] BARBOSA, R. S. **Mineração no semi-árido mineiro: tensões e conflitos pelo acesso e uso da água**. Revista Desenvolvimento Social, n. 11, v. 1, 2014, p. 43-50.
- [2] FONSECA, Graziano L. **Mineração no Norte de Minas Gerais e Gerazeiros ameaçados em função do Projeto Vale do Rio Pardo na microrregião de Grão Mogol – MG**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social – PPGDS) Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Montes Claros – MG. 2014.
- [3] ACSELRAD, H. (org.) **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, Fundação Heinrich Böll, 2004.
- [4] ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.